



OS RECURSOS PÚBLICOS DA CULTURA NA REGIÃO DAS MISSÕES, RS

BORSATO, Carmen Carolina de Almeida¹; SILVA, Caroline Fernandes da²; VIEIRA, Ícaro
Gracian da³; MARTINS, Tiago Costa⁴.

Palavras- Chave: política cultural; economia da cultura; gestão pública.

INTRODUÇÃO

A noção de cultura na atualidade já não pode ser percebida como a “alta cultura” de poucos ou a “cultura de massa” de muitos. Estabelecida no nosso cotidiano a cultura está contida nas ações políticas, econômicas e sociais, dentro de um jogo de relações estabelecidas entre as pessoas, os grupos e as instituições, sendo utilizada por diferentes motivos e finalidades. Quando a cultura é fomentada pelo Estado ela está associada às políticas culturais que se convertem em estratégias, objetivos e ações. Uma prefeitura, por exemplo, ao realizar um show musical à comunidade mobiliza agentes culturais e empresas que comercializam bens e serviços. É dentro desse entendimento que se enquadra a pesquisa intitulada “A alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional: a ‘Rota Missões’ no Rio Grande do Sul”. Pesquisa que procura articular a política cultural empreendida pelos municípios da região das Missões e a economia da cultura.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A proposta da pesquisa foi baseada na reconfiguração entre economia e cultura, tendo por base a transversalidade da cultura e a presença de diferentes instituições na dinâmica da

¹ Graduando do Curso de Relações Públicas – ênfase em produção cultural, UNIPAMPA, São Borja. Integrante do Observatório Missioneiro de Atividades Criativas e Cultura – OmiCult. carmenborsato@outlook.com

² Graduando do Curso de Relações Públicas – ênfase em produção cultural, UNIPAMPA, São Borja. Integrante do Observatório Missioneiro de Atividades Criativas e Cultura – OmiCult. carolfds@hotmail.com

³ Graduando do Curso de Relações Públicas – ênfase em produção cultural, UNIPAMPA, São Borja. Integrante do Observatório Missioneiro de Atividades Criativas e Cultura – OmiCult. icarogracian@hotmail.com

⁴ Professor Adjunto do Curso de Relações Públicas – ênfase em produção cultural, UNIPAMPA, São Borja. Integrante do Grupo de Pesquisa "Processos e Práticas em Atividades Criativas e Culturais" (Unipampa/CNPq) e do Observatório Missioneiro de Atividades Criativas e Culturais - OMiCult. E-mail: tiagomartins@unipampa.edu.br



produção, distribuição, uso, apropriação e consumo desta. Parte-se da característica de que as práticas sociais estão ligadas por agentes e instituições do mercado e do Estado, constituindo um sistema cultural com ações e movimentos por vezes concomitante, de mãos visíveis e invisíveis. Assim, tem-se um entrelaçamento constante entre política e economia no campo institucionalizado da cultura, especialmente ao se perceber a atribuição organizadora das prefeituras municipais, instituições que podem realizar determinadas intervenções no campo cultural alocando determinados recursos à cultura.

A pesquisa foi desenvolvida a partir dos instrumentos legais de fiscalização das despesas públicas, especialmente as municipais. Com a informatização dos processos de fiscalização o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE) criou um sistema de “Controle Social” das despesas realizadas pelos municípios gaúchos, oriundas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC. O site do Tribunal oferece acesso livre às despesas (e receitas) dos municípios através dos empenhos liquidados e/ou pagos pelas prefeituras por ano de exercício orçamentário. O sistema possibilita verificar o órgão (as unidades, as funções, as subfunções, projetos, atividades e recursos vinculados a outras instâncias de governo), o credor (com o número do Cadastro de Pessoa física – CPF – ou jurídica – CNPJ), a rubrica (de acordo com o que foi estipulado no orçamento do município) e a função (como saúde, educação, transporte, cultura, etc).

A perspectiva fundamental da pesquisa se traduz na noção de que ao prover uma política pública à cultura, a demanda pública irá (i) apoiar diretamente os bens e serviços culturais já existentes no mercado; (ii) mobilizar a oferta dos que não estão consolidados no mercado; e (iii) apoiar bens e serviços não culturais, mas que se relacionam e apoiam as atividades nucleares da cultura.

Trabalhou-se com a rota turística denominada “Rota Missões”, uma regionalização turística formada por vinte e sete municípios localizados no noroeste do Rio Grande do Sul. Baseado em estudos anteriores foram definidos cinco segmentos da cadeia produtiva mobilizados pela ação do Estado (prefeitura): Atividades nucleares – segmentos de bens e serviços que no curso de seu processo produtivo acabam por gerar atividades criativas/culturais; Atividades relacionadas – segmentos produtivos reconhecidos como fornecedores de bens e serviços às atividades nucleares. Estes segmentos proveem com materiais e serviços diretamente o núcleo criativo/cultural; Atividades de apoio – segmentos produtivos que de maneira indireta podem contribuir com a provisão de bens e serviços às atividades nucleares. Atividades de apoio II – segmentos produtivos amplos que indiretamente



contribuem para a provisão e fomento de bens e serviços às atividades culturais, especialmente ao se perceber o papel fomentador e provedor do Estado. Transferências governamentais – o provimento da atividade criativa e cultural empreendida pelo Estado também mobiliza um conjunto de entidades, sindicatos, associações e instituições. Neste ponto, o fomento à cultura/criatividade ocorre por meio da transferência de recursos públicos a estas organizações.

A partir dessa proposta realizou-se uma aproximação entre a classificação das atividades econômicas (subclasses), as dimensões da cadeia produtiva da cultura (nuclear, relacionada e apoio) e as categorias culturais apontadas pelo Ministério da Cultura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apontou-se que a região apresentou uma queda em números absolutos quanto em percentual nos gastos em cultura, em 2012 foram gastos R\$3.661.782,39 e em 2013 R\$3.237.421,37. É possível concluir que a região possui uma discrepância entre a oferta e presença da dimensão simbólica da cultura e o real investimento financeiro-material em termos de políticas públicas no setor. De toda forma, ao se perceber somente os gastos realizados para CNPJ o perfil da região para com o campo cultural salienta a expressividade de pessoas jurídicas no campo das “Artes de espetáculo” (dança, música, etc.). Esse setor teve ampla diferença com relação aos outros campos: 84,59% (nuclear) e 28,74% (relacionado). Dados que revelam um bom indicador da política cultural da região. Já no que se pode concluir para o perfil da cadeia produtiva da cultural concluiu-se que a região tende a destinar 2/4 dos recursos em gastos com CPF, 1/4 na cadeia produtiva da cultura e 1/4 em apoio II e transferências governamentais. Destacando-se, aqui, o gasto em CPF com forte tendência para o pagamento de folha salarial dos agentes públicos envolvidos em cultura. Por fim, ao dispor esses dados para o lugar de origem das empresas tem-se o deslocamento territorial dos gastos públicos em cultura que deram indicadores para a configuração da cidade polo, a cidade de Santo Ângelo se destacou como um polo regional no âmbito da cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

Conclusivamente é pertinente apontar as principais discussões teóricas que, em diferentes graus, foram percebidas e colocadas à reflexão na pesquisa. A relação entre política



e economia da cultura compreende que o gasto público realizado pelas prefeituras municipais reflete o protagonismo do Estado na resolução de um problema público. Nesse sentido, o gasto da prefeitura de um dado município no campo cultural expressará com significativa precisão as preferências alocativas do governo na configuração de uma política cultural com protagonismo do Estado. O consumo público consiste no consumo da administração pública, pressupondo que seja fruto de uma política contida no âmbito da cultura, e que tais recursos alocados acabam por traduzir o tipo e a natureza das preferências alocativas dessa administração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNNER, José Joaquín. Políticas culturales y democracia: hacia una teoría de las oportunidades. IN: CANCLINI, Néstor García (ed.). Políticas culturales en América Latina. Ciudad de México: Editorial Grijalbo, 1987. 175-203p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. Sistema de Informações e Indicadores Culturais (2007-2010). Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 25 julho 2015.

REZENDE, Flávio da Cunha. Descentralização, Gastos Públicos e Preferências Alocativas dos Governos Locais no Brasil: (1980-1994). Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 24/10/2014.

Rota Missões. Site institucional. Disponível em <<http://www.rotamissoes.com.br>>. Acesso em: 13 julho 2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Controle social. Disponível em <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 03 agosto 2015.